

## Batutas militares na educação: breves ponderações sobre a Unidade Municipal de Ensino conveniada Dária Viana de Queiroz

Heder Claudio Oliveira Gomes  
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, Brasil  
Endereço eletrônico: hc\_heder@hotmail.com

1072

**Palavras-chave:** Educação. Ensino de História. Militarização. Ideologia

### INTRODUÇÃO

Essa pesquisa tenciona fundamentar a construção de uma dissertação vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em História (PROFHISTÓRIA) e pretende investigar a militarização da escola pública entre os anos de 2013 e 2024, suas implicações ao ensino de História e sua relação com os aspectos políticos, econômicos e sociais que perduram no nosso século.

No terceiro decênio do século XXI, é notório o avanço dos setores e das perspectivas mais reacionárias e retrógradas da sociedade, que operam em favor do conservadorismo<sup>1</sup> e do anticientificismo. Não obstante, observamos na educação (compreendida enquanto um dos campos de produção e reprodução social) alguns reflexos desse fenômeno que acomete um significativo número de países no Ocidente e, conseqüentemente, a liberdade de pensamento e opinião encontra limites e obstáculos, mesmo com a garantia de direitos civis nos trâmites da democracia representativa burguesa. Em outras palavras, a propagação de ideologias e práticas que afetam ou ameaçam a produção do conhecimento e da ciência, como a “escola sem partido”<sup>2</sup>, impõem novos desafios à educação.

---

<sup>1</sup> Sobre o avanço do conservadorismo no Brasil verificar SILVA (2016, p. 140-150).

<sup>2</sup> O movimento da escola sem partido que foi criado em meados de 2004 pelo procurador do estado de São Paulo, Miguel Nagib, ganhou força a partir de 2015 e foi uma das principais pautas das eleições nacionais de 2018. Baseia-se na retórica de combater a “contaminação político-ideológica” das escolas brasileiras, que estariam a mercê de professores militantes que impunham sua visão de mundo travestida de conscientização dos estudantes. Esse movimento fundamentou e justificou a perseguição política contra muitos professores das escolas públicas e universidades brasileiras nos últimos anos.

Essa conjuntura desfavorável à educação, à ciência e a produção do conhecimento alcançou a esfera escolar e, por conseguinte, o processo de ensino e aprendizagem, mormente, o ensino de disciplinas que inspiram, estimulam ou favorecem o pensamento crítico e reflexivo (por exemplo: História, Geografia, Filosofia, Sociologia etc.) é o principal escopo daqueles que pretendem que perspectivas mais conservadoras e elitistas da educação prevaleçam.

Após o exposto, um dos reflexos observados no fenômeno do avanço do conservadorismo e do anticientificismo no território brasileiro, no arco do último decênio, abrange a implantação, proliferação e ampliação da modalidade de ensino das escolas cívico-militares. Esse modelo de ensino tem logrado ampla credibilidade em meio a significativa parcela da população brasileira, por meio da retórica da eficiência pedagógica-disciplinar, apesar das críticas proferidas, principalmente, quanto às suas questionáveis exigências para o acesso e permanência escolares. A consequência direta foi o aumento dos investimentos nas escolas militares existentes, a criação de novas instituições dessa natureza e, principalmente, a adequação de propostas pedagógicas no sentido da militarização de unidades de ensino que passaram a funcionar em colaboração com a Polícia Militar (escolas conveniadas).

Esse trabalho problematiza, portanto, o avanço e as implicações da militarização da escola pública sob a retórica do resgate dos valores morais, éticos e disciplinares da sociedade brasileira e como essa dinâmica interfere no ensino de história e na construção do conhecimento histórico. Para tanto, o nosso objeto de estudo é o ensino de história na Unidade Municipal de Ensino Conveniada Dária Viana de Queiroz, localizada na cidade de Barra do Choça-BA, escola administrada pela gestão municipal com revisão e acompanhamento da Polícia Militar. Os documentos que pretendemos analisar são compostos por materiais didáticos (livros, planos de curso, planos de aula), entrevistas e relatos dos professores que compõem o quadro docente da referida instituição, bem como, portarias e decretos que regem o seu funcionamento.

## **ENSINO DE HISTÓRIA SOB A TUTELA MILITAR**

Por ser uma das porções da sociedade onde se manifesta a luta de classes, a educação formal, que opera como um aparelho do Estado, contribui com a perpetuação dos interesses burgueses (por vezes, contando com investidas contra à produção do conhecimento para legitimar a sua dominação), apesar da peculiar resistência de parte

dos sujeitos históricos que compõem o processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, não podemos nos esquecer que a própria constituição do aparato legal que regulamenta o ensino de História está imbricado de ideologia. Para Marx e Engels,

[...] as condições sob as quais determinadas forças de produção podem ser utilizadas são as condições da dominação de uma determinada classe da sociedade, cujo poder social, derivado de sua riqueza, tem sua expressão prático-idealista na forma de Estado existente em cada caso; é essa a razão pela qual toda luta revolucionária dirige-se contra uma classe que até então dominou (Marx e Engels, 2007, p.41-42).

Em suma, o Estado assume um papel fulcral na internalização da ideologia da classe dominante, sendo a educação formal um dos espaços mais significativos da sua atuação. Em consonância com Mészáros,

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu – no seu todo – ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta (Mészáros, 2008, p. 35-36).

Dito isso, o objetivo central da nossa pesquisa é compreender até que ponto a militarização da escola pública interfere no ensino de História e contribui para o avanço do conservadorismo e do anticientificismo que, nos últimos anos, ganharam terreno no âmbito local (no interior do estado da Bahia), tal qual em outras regiões do Brasil, concomitantemente ao avanço da extrema direita aqui e em outros países do Ocidente (Argentina, EUA, Espanha, França etc.) Nesse intuito, é preciso conceber o conjunto de elementos que implicaram e implicam na militarização da escola pública, em sua dinâmica com a nossa análise da experiência vivenciada na, já mencionada, escola de “gestão compartilhada” com a polícia militar localizada na cidade de Barra do Choça.

Dessa forma, partimos dos seguintes pressupostos: primeiramente, o ensino de História nas escolas militarizadas é oferecido por professores licenciados, preferencialmente, na área de Ciências Humanas, no entanto, nas ausências

extraordinárias ou vacâncias do cargo, essa vaga é prontamente preenchida por um policial militar que opta por aplicar o conteúdo previsto no plano de curso ou atividades relacionadas à disciplina militar. Além disso, no tocante ao currículo, na seleção de conteúdos da disciplina História, temas como: as revoluções das décadas de 1830-1840 na Europa; as ideologias e doutrinas sociais do século XIX; o imperialismo; o golpe e a ditadura militar do Brasil (1964-1985); as ditaduras latino-americanas do século XX etc.; tendem a ser evitados, vulgarizados ou até excluídos.

Nosso estudo se justifica inicialmente pela atualidade e originalidade em analisar o objeto supracitado dentro de uma perspectiva que nos permita apreendê-lo em sua essência, superando os estratagemas ideológicos que o ofuscam. Além disso, temos à disposição uma ampla gama de materiais dos quais podemos extrair os dados empíricos que comprovem ou refutem os pressupostos que levantamos. Finalmente, poderemos contribuir com as discussões, reflexões e formulação de propostas e planos de ação para a construção de uma contraofensiva ao fenômeno aludido anteriormente, dentro dos limites impostos por nossa pesquisa.

O referencial teórico que fundamenta e norteia o nosso estudo está alinhado com o materialismo histórico, pois entendemos que as contradições são criadas social e historicamente e não podem ser consideradas entidades eternas, por conseguinte, trabalhamos com as categorias: luta de classes, ideologia, totalidade, alienação e práxis.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Embora a nossa pesquisa ainda se desenvolva em caráter embrionário, gostaríamos de registrar algumas considerações finais. Em primeiro lugar, as escolas militares, de modo geral, por se tratarem de escolas públicas, impõem limitações de acesso aos estudantes e um rígido código de conduta aos discentes e docentes. No território nacional, distintos governos (tanto no âmbito das administrações estaduais, quanto no tocante as gestões municipais), até então, não mediram esforços para propagandear e enaltecer o sucesso desse modelo pedagógico em detrimento de outras realidades existentes no contexto educacional. Dessa maneira, percebemos a necessidade de investigar o implemento dessa política de Estado, em um momento histórico brasileiro no qual a democracia representativa burguesa parecia consolidada.

Em segundo lugar, o professor de História não possui um papel passivo no ensino de História e mesmo nas situações em que existem imposições institucionais (administrativas, curriculares etc.), ele atua no contraponto às injustiças sociais construídas historicamente. É claro que o seu papel se dará com maior ou menor veemência conforme os aparelhos repressivos do Estado, as condições particulares de cada realidade educacional, ou mesmo de acordo com a formação docente. De todo modo, a própria formação docente em seu contraste com a prática docente não pode se desvencilhar da precarização do trabalho, que só pode ser superada com a subsunção do próprio trabalho alienado.

Por último, compete-nos nessa pesquisa analisar o ensino de história na Unidade Municipal de Ensino Conveniada Dária Viana de Queiroz considerando a categoria da totalidade, desse modo, não podemos perder de vista a dinâmica estabelecida entre o nosso objeto e o fenômeno histórico do avanço do conservadorismo e do anticientificismo, entendo como se influenciam mútua e dialeticamente.

## **REFERÊNCIAS**

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. História do Ensino de História no Brasil: uma proposta de periodização. Porto Alegre: Revista História da Educação – RHE, 2012, p. 73-91.

SILVA, Ilse Gomes. A agenda conservadora assume o centro da cena política no Brasil. Lutas Sociais vol. 20 n.36. São Paulo: Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, 2016, p. 140-150.